

**ATA DA DUCENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CÂMARA DE
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE
CNPJ/MF nº 03.034.433/0001-56**

REUNIÃO 011-2023

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro de 2023, às 10h (dez horas), reuniram-se na sede da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na Av. Paulista, 2064, 13º andar, os Conselheiros Fiscais Leonardo Faria Landim, Olival Fernando Lima Schultz, Talisa Rezzieri, e Bruno Bastos Resende, e de forma remota os conselheiros Mariane Lohn e Kleberson Luiz da Silva, para realização da 274ª Reunião do Conselho Fiscal. Cumpridas as formalidades legais, com posterior assinatura da lista de presença, os Conselheiros Fiscais convidaram a mim, Kamila Almeida, para secretariar a presente Reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- Item 1. Apresentação do Painel Orçamentário, com dados de Agosto de 2023;
- Item 2. Aprovação do Relatório Econômico-Financeiro – REF do mês de Julho de 2023;
- Item 3. Apresentação do Orçamento do Mercado Regulado - 2024 e Validação do Relatório do CAFT 2024/2025;
- Item 4. Apresentação do Status dos Trabalhos para Abertura de Mercado;
- Item 5. Apresentação Monitoramento Prudencial; e
- Item 6. Assuntos Gerais.

Ato contínuo, os Conselheiros passaram à discussão dos assuntos da Ordem do Dia:

Item 1. Apresentação do Painel Orçamentário, com dados de Agosto de 2023 - Participaram da reunião a Sra. Priscila Horie, Gerente Executiva de Finanças, Administrativo & Contas Setoriais, o Sr. Adilson Lodovichi, Gerente da área de Contabilidade, Custos & Controladoria, e o Sr. Marcos Luna, contador, para efetuar a apresentação do item. O Sr. Adilson Lodovichi, realizou a apresentação informando que a variação até o mês de agosto/23 apresenta uma economia sazonal de R\$ 3.016, equivalente a 2,2%, advindas, principalmente, das contas orçamentárias: (i) Pessoal, sendo principalmente pelo Acordo Coletivo que foi celebrado um mês após o previsto e indenizações; (ii) Honorário, Custas e Despesas Judiciais; (iii) Armazenamento – Backup em nuvem; e (iv) Consultoria de Sustentação de Aplicações.

Item 2. Aprovação do Relatório Econômico-Financeiro – REF do mês de Julho de 2023 - Participaram da reunião a Sra. Priscila Horie, Gerente Executiva de Finanças, Administrativo & Contas Setoriais, o Sr. Adilson Lodovichi, Gerente da área de Contabilidade, Custos & Controladoria, e o Sr. Marcos Luna, contador, para efetuar a apresentação do item. Marcos Luna realizou a apresentação das principais variações tributárias que ocorreram no mês de julho de 2023 e, sendo assim, prosseguiu abordando os seguintes temas (i) Análise Geral das Contas – Ativo: circulante e não circulante, Passivo: circulante e não circulante; caixas e bancos – Aplicações Financeiras – CCEE e CAFT, Contas a Receber, Despesas Antecipadas, Ativo Fiscal Corrente e Créditos Diversos; (ii) Evolução DRE; (iii) Abertura por Mercado; e (iv) Fatos relevantes ocorridos no mês. Na sequência, os seguintes pontos foram abordados, considerando a análise prévia do Relatório Econômico-Financeiro – REF, referente ao mês de julho de 2023.

Item 3. Apresentação do Orçamento do Mercado Regulado - 2024 e Validação do Relatório do CAFT 2024/2025 – Compareceram à reunião Sra. Priscila Horie, Gerente Executiva de Finanças, Administrativo & Contas Setoriais, o Sr. Adilson Lodovichi, Gerente de Contabilidade, Custos e Controladoria e o Sr. Eduardo Oliveira, profissional da referida área. Eduardo Oliveira iniciou a apresentação informando que se refere a composição orçamentária prevista dos custos administrativos, financeiros e tributários - CAFT, relativos à gestão dos processos regulados, que serão encaminhados à apreciação da Aneel, referente ao biênio 2024-2025, destacando que alguns CAFTs

são indicados bianual (2024 e 2025). A proposta contempla o orçamento dos processos de Conta de Energia de Reserva, Cotas de Energia Nuclear - Angra I e II, Cotas de Garantia Física, Bandeiras Tarifárias, e Contas Setoriais (CDE, CCC e RGR). Eduardo informou também a porcentagem de aumento para cada processo indicado, o valor aprovado para 2023 e o estimado para 2024. Priscila Horie, pontuou que haverá uma revisão dos valores nas próximas semanas e, sendo assim, para esse primeiro momento, haverá a aprovação apenas das Contas Setoriais (CDE, CCC e RGR) e das Contas Centralizadoras dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. Ademais, foram esclarecidas as dúvidas dos Conselheiros Fiscais a respeito do assunto. Desta forma, ficou acordado que será emitido e encaminhado para assinatura o parecer do Conselho Fiscal aprovando os custos, das contas indicadas.

Item 4. Apresentação do Status dos Trabalhos para Abertura de Mercado – Assunto foi retirado de pauta e será tratado na próxima reunião do Conselho Fiscal.

Item 5. Apresentação Monitoramento Prudencial - Participaram da reunião a Sra. Madalena Porangaba, Gerente Executiva Jurídica & Segurança de Mercado, e a Sra. Helen Apolinário, Gerente da área de Segurança de Mercado. Madalena Porangaba fez uma breve contextualização do assunto e informou sobre a atribuição legal da Segurança de Mercado e as principais motivações levantadas para investimento. Dando sequência, Helen Apolinário ressaltou que a proposta do Monitoramento Prudencial foi aprovada em agosto/2023, publicada em setembro/2023, com início de operação em 01.11.2023 (devido ao feriado, com início efetivo na segunda semana de novembro). Dito isso, ressaltou algumas motivações para investimento na Segurança de Mercado, considerando a atribuição legal; segurança da informação; diversidade de perfis; e a relevância do setor. Ademais, fez um comparativo do número de agentes aderidos à Câmara em 2016 e até agosto/2023, mostrando o aumento da volumetria nesse período. A proposta inicial do Monitoramento Prudencial **incluía alguns tópicos importantes:** (i) Exemplificação de condutas anômalas; (ii) Sugestões de sanção e gradações; (iii) Procedimento administrativo estruturado; (iv) Incentivos ao registro (duplo flag); (v) Governança da segurança de mercado; (vi) Soluções tecnológicas; e (vii) Nova metodologia cálculo de risco (aditivo desenvolvido após interações com o mercado), que passou a ser o Monitoramento Prudencial. Sendo que os itens de (i) a (iii) foram endereçados para ocorrer após o início do período sombra que tratará dos itens (v) a (vii). O item (iii) está em fase de aprovação do PdC, na Aneel. Ademais, informou que os sistemas criptografados que serão utilizados pelos agentes para o cálculo do seu fator de alavancagem já estão prontos, considerando as premissas e o manual algébrico validados após o encerramento da Consulta Pública nº 11/2022. Os ambientes em que serão divulgados os resultados da avaliação de riscos de cada empresa também serão desenvolvidos até a data, de forma que a implementação das operações ocorra com tranquilidade. O principal objetivo do monitoramento prudencial é dar maior transparência para a exposição das empresas que compram e vendem energia no Brasil, ampliando a capacidade de se antever e mitigar os impactos de eventuais inadimplências. No novo processo, os associados à CCEE deverão calcular, via plataforma disponibilizada pela organização, um fator de alavancagem, medida utilizada para avaliar a capacidade financeira das empresas para arcar com os riscos assumidos por elas. Na proposta do monitoramento prudencial, os agentes passam a enviar semanalmente ou mensalmente suas informações financeiras, de energia e de preços, de maneira agregada, e em ambiente de computação confidencial. Como cada classe de agente possui diferentes dinâmicas de exposição ao risco (existência de lastro físico na geração, informações de consumo, contratos ACR, etc.), as obrigações são diferentes para cada classe. Por fim, apresentou os parâmetros que serão utilizados e divulgados, bem como o mapa de cálculo do RWA Mer e o Fator de Alavancagem. Além disso, foi esclarecido sobre o período sombra, como ocorrerá a integração, avaliação, obrigação e o sistema. Os conselheiros fiscais pontuaram a preocupação com os dados que serão recebidos pela Câmara e recomendaram que a CCEE tome todas as providências necessárias para eliminar o risco de vazamento em qualquer momento do processo (e não apenas dos dados criptografados do sistema).



Item 6. Assuntos Gerais – O presidente Dr. Alexandre Ramos compareceu à reunião reforçando a importância do trabalho realizado pelos Conselheiros Fiscais e agradeceu o empenho do grupo. Os conselheiros fiscais registraram o entendimento de assuntos a serem pautados na próxima reunião do Conselho Fiscal, a ser realizada em 20.10.2023.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados.

São Paulo, 20 de setembro de 2023.

Leonardo Faria Landim
Presidente do Conselho Fiscal

Mariane Lohn
Conselheira Fiscal

Olival Fernando Lima Schultz
Conselheiro Fiscal

Talisa Rezzieri
Conselheira Fiscal Suplente

Kleberson Luiz da Silva
Conselheiro Fiscal Suplente

Bruno Bastos Resende
Conselheiro Fiscal Suplente